

“COMO UM FANTASMA SOB A NEBLINA...” OS JOVENS, A CIDADE E A POLÍTICA

Clarice Cassab

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense
claricecassab@yahoo.com.br

RESUMO

Pensar a relação entre jovens, cidade e política é o objetivo deste texto. Pretende-se compreender em que medida o espaço é um elemento central na realização da política por parte da juventude. O desafio foi o de buscar recuperar o uso como modo de apropriação do espaço da cidade e de uma prática sócio-espacial que guarda uma dimensão prático-sensível da vida na cidade e que possibilita o sentido da política.

Palavras-chave: Jovem, política, cidade, espaço.

“AS A GHOST UNDER THE FOG...” THE YOUNG, THE CITY AND THE POLITICS

ABSTRACT

To think the relation between young, city and politics is the objective of this text. It is intended to understand where measured the space it is a central element in the accomplishment of the politics on the part of youth. The challenge was to search to recoup the use as way of appropriation of the space of the practical city and of one partner-space one that keeps a practical-sensible dimension of the life in the city and that it makes possible the direction of the politics.

Palavras-chave: Young, politics, city, space

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da reflexão produzida quando da elaboração da tese de doutorado em Geografia pela UFF. Nela, procurou-se produzir um diálogo entre os jovens e a cidade, buscando refletir de que forma a cidade – através de sua apropriação – pode ser vista como categoria central na (re)elaboração de novas formas de política para/pelo/dos jovens.

Partiu-se de um estudo empírico junto a jovens residentes em bairros pobres da cidade de Juiz de Fora. A intenção era investigar como estes viviam e experimentavam a cidade e quais as representações que construía da mesma. A centralidade, portanto, estava na relação indispensável entre os jovens e a cidade. Entendida, a cidade, como um espaço a ser apropriado de forma política pelos jovens.

Este texto não apresentará diretamente, os resultados das entrevistas, mas apenas algumas das considerações construídas a partir das mesmas, dando ênfase na relação entre política e espaço. Para isso, na primeira parte do texto busca-se tratar da relação entre os jovens e a cidade e a importância de sua apropriação. Já num segundo momento, é feita uma reflexão sobre a importância da política para, nas considerações finais, caminhar em direção a um desfecho parcial deste diálogo.

Os jovens e a cidade

Para Milton Santos, o espaço na medida em que é usado e apropriado, transforma-se em território usado. Essa categoria permitiria operar numa dupla dimensão: com o sentido da ação e do sujeito

Recebido em 21/07/2008

Aprovado para publicação em 07/07/2009

que a realiza. O que é nítido na medida em que se considera o próprio conceito de espaço do autor: conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação. A ação só se realiza pelo homem e sua ação condiciona e é condicionada pelo próprio espaço.

Sendo o espaço construção social e materialidade, ele é também uma totalidade preche de latências dispostas a se realizarem através da ação. E, nesse universo, os jovens pobres dispõem, no tempo presente, de poucas oportunidades de realização dessas latências. Isso porque se entende que o sentido de ser jovem pobre é delimitado pela sociedade e pelas suas possibilidades concretas de existência, que, por seu turno, condicionariam as chances de uso e apropriação das inúmeras latências existentes no espaço, e neste estudo específico, do uso e apropriação da própria cidade.

A importância do espaço é evidente, na medida em que ele se torna o lugar onde se concretizam as relações sociais, de solidariedade e de poder. Mas também porque é no espaço, construindo e reconstruindo permanentemente seus territórios usados, que esses jovens se colocam. Aqui, território usado é entendido como:

Não apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi (SANTOS, 1994, p.96-97).

O espaço é, dessa maneira, não apenas onde se expressam as desigualdades, como é também o lugar do cotidiano, das experiências, da construção de práticas coletivas. Assim, é no uso – na apropriação – que o espaço se realiza em território usado e passível de ser marcado por processos e movimentos de horizontalidades. Torna-se lugar de resistência, onde iniciativas sócio-espaciais não hegemônicas podem almejar um projeto político.

Na perspectiva de se trabalhar com jovens urbanos, entende-se que a apropriação da cidade – no sentido do vivido, do simbólico e do valor de uso proposta por Henri Lefebvre – seja uma das possibilidades de construção de novos espaços coletivos numa dimensão política, rompendo a lógica do consumo.

Para Lefebvre (1981), a apropriação remete a um sentido simbólico, marcado pelo vivido e pelo valor de uso, ao contrário da dominação, que se refere ao valor de troca. Afirma o autor:

O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca generalizado sem limites. Uma tal forma, a da troca e da equivalência, só exprime indiferença diante da forma urbana; ela reduz a simultaneidade e os encontros à forma dos trocadores, e o lugar de encontro ao lugar onde se conclui o contrato ou quase-contrato de troca equivalente: o reduz ao mercado (LEFEBVRE, 2001, p.82).

Lefebvre (1981) propõe pensar as práticas sociais de produção e reprodução do espaço a partir de três dimensões: práticas espaciais (percebido), representações do espaço (concebido) e espaços de representação (vivido). A primeira se constituiria pela relação entre as ações e os objetos, portanto, entre o homem e os suportes materiais que estão no espaço. Já o espaço concebido refere-se às formas de conceber e representar o espaço (leis, códigos, posturas, normas, mapas, planos, entre outros). Para o autor, as representações do espaço propiciam os espaços dominantes. Estes teriam um caráter abstrato, servindo para homogeneizar e naturalizar as diferenças.

O espaço vivido é percebido através das representações e práticas espaciais cotidianas. E se, de um lado, é subjogado ao espaço concebido, de outro, é nele que Lefebvre situa a possibilidade de transgressão, da criatividade e da subversão. Nesse ponto constrói-se o diálogo com o conceito de território usado, de Milton Santos.

O espaço abstrato é o espaço onde prevalece valor de troca, já o espaço vivido é o espaço onde

prevalece o valor de uso. No movimento de transformação do espaço em mercadoria, o espaço abstrato se impõe sobre o espaço vivido. Nesse processo, o espaço concebido tem papel fundamental na medida em que a esfera econômica e o Estado, por meio das representações do espaço, pressionam o espaço da vida cotidiana. Há no pensamento de Lefebvre um árduo embate que se realiza no e pelo espaço, entre valor de uso e valor de troca, entre as pressões exercidas pelo espaço abstrato e as resistências do espaço concreto.

Nessa disputa, parece levar vantagem o valor de troca sobre o de uso, na medida em que cada vez mais o espaço é vendido e, como mercadoria rara, restrito a parcelas progressivamente menores da população urbana. Ao impor-se sobre o valor de uso, o mercado determina o uso e os modos de apropriação do espaço. Seu acesso, portanto, se realiza mediado pelo mercado, o que define significativas distinções e desigualdades nesse mesmo espaço, além de uma separação maior entre o espaço público e o espaço privado.

Circulando entre essas três dimensões do espaço é que os jovens vivenciam e experimentam a cidade. Contudo, são muitas as restrições impostas a esses jovens que dificultam o pleno sentido da apropriação da cidade através do uso. Uma dessas dificuldades é resultante dos limites impostos ao seu flunar. Parece ser essa a situação dos jovens pesquisados.

Notou-se, a partir da pesquisa de campo, que a circulação daqueles jovens na cidade é restrita ao centro e aos bairros próximos aos seus. O maior deslocamento em direção ao centro da cidade pode ser entendido, em parte, pela característica peculiar da cidade, que faz com que sejam quase inexistentes subcentros que descongestionem os fluxos destinados ao centro. Por esse motivo, os jovens procuram no centro principalmente os bens referentes à atividade terciária: compras, escolas, bens culturais etc. Outro fator associado a esse é o fato da grande maioria das linhas de ônibus urbanas convergirem para o centro. São poucas as linhas bairro-bairro. O que significa que, em muitos casos, passar pelo centro é a única alternativa para se chegar a outro bairro da cidade, o que, sem dúvida, encarece os custos de transporte e restringe ainda mais a circulação desses jovens. Quando saem de seus bairros costumam ir, acompanhados de amigos do próprio bairro ou parentes, para bairros contíguos aos seus e que possuem as mesmas características socioeconômicas – pouco dotados de infra-estrutura, de serviços de cultura e lazer etc. Em grande parte, é a convivência com a família a causa do deslocamento.

A circulação é restrita a uma parcela diminuta da totalidade do espaço da cidade, bem como a regiões cujas condições se assemelham as de seus bairros de origem tanto física quanto socialmente. Esse padrão de circulação parece apontar para a identificação de lugares da cidade que seriam reservados aos jovens pobres. O que também é expresso pelos mesmos quando dizem que não gostam de ir a “bairros diferentes”, pois, lá, ficam “envergonhados”. Obviamente, nesse caso, a circulação não é restringida pelo uso da força física (como no caso das brigas entre bairros rivais), mas por mecanismos mais sutis que impõem aos jovens um constrangimento apenas por estarem em lugar diferente do seu e entre pessoas diferentes.

Por essa razão, é em seus próprios bairros que eles se sentem seguros e confortados e, talvez por isso, durante a pesquisa, muitos tenham expressado o pouco desejo de sair deles. Em seus bairros estariam entre iguais, não vivenciando na pele e cotidianamente os mecanismos de restrição, distinção e desigualdade a que estão submetidos. Neles, se sentem salvos. Mas se é a partir deles que experimentam o fato de serem jovens e moradores da cidade, também é neles que esses jovens se encontram alienados dos processos e das ações que tornam seu bairro periférico e que os imobilizam ali. Assim, se têm relativa clareza das distinções existentes entre eles e os jovens de um outro bairro mais abastado, por outro, essa distinção restringe-se apenas à dimensão do indivíduo. Assim, os demais jovens, seriam diferentes porque “têm dinheiro do papai” e não precisariam trabalhar.

Se é no local que se vive o cotidiano e onde as experiências se realizam, este é constantemente atravessado pelas forças do global (SANTOS, 1996). Forças essas que explicam, em parte, as razões da própria existência e características daqueles lugares (bairros periféricos). Ou, nas

palavras de Corrêa (1987), referindo-se às formas pelas quais o processo de segregação residencial constitui-se um mecanismo para a reprodução das classes sociais e suas funções:

As diversas áreas residenciais, diferenciadas entre si, mas razoavelmente homogêneas quando consideradas internamente, configuram meios distintos para a interação social, da qual os indivíduos devem seus valores, expectativas, hábitos de consumo e estado de consciência. A partir do bairro enxerga a cidade e o mundo. Um bairro e seu sistema de valores estável possibilita maior reprodução do grupo social que ali vive. Assim, a organização espacial do presente impacta sobre o futuro (CORREA, 1987, p.75).

Ocorre, portanto, que esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos.

Por outro lado, quando conseguem romper com as barreiras que os restringem aos seus bairros a resposta é, em muitos casos, o constrangimento simbólico ou, em alguns casos, a violência física. Assim, quando mobilizados pela busca de lazer – realizada, em geral, com amigos do bairro e da vizinhança, que se movimentam, buscando espaços para se divertir e, dessa forma, percorrem a cidade para usufruírem de seus serviços, utilizarem seus equipamentos, ou mobilizados pela arte, seja nas turmas e galeras de bailes funk ou no hip-hop, ou mesmo simplesmente nas aglomerações juvenis –, em todas essas situações, esses agrupamentos são vistos como potencialmente perigosos, uma bomba prestes a explodir.

Essa restrição é um dos elementos que gera a imagem da cidade como local violento e sem oportunidades. Comuns foram as falas de jovens que apontavam a violência e a carência de emprego como elementos caracterizadores da cidade. Esses jovens criam uma imagem da cidade a partir do lugar de onde falam. A cidade aparece, para muitos deles, associada aos aspectos negativos.

É possível pensar a cidade como objeto de apropriações diferenciadas e é nessa lógica que se processa o afastamento daquele que não é desejável. A posição dos jovens pobres no tecido urbano reflete as relações sociais de tipo desigual, que resultam em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano. Ela representaria “a concentração dos diversos segmentos sociais em territórios bem definidos e a institucionalização da inferioridade, da desclassificação e da imobilidade das classes populares” (CARVALHO, 2004, p.10).

No processo de distinção espacial parece também estar em jogo a capacidade de apropriação do espaço urbano como sendo um espaço decisivo para a produção e reprodução da vida dos jovens. Por essa razão que a apropriação também é entendida como a possibilidade de se mover, possuir e agir. Apropriar-se remete à identificação com o espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação. Um espaço de que não se faz parte ou com o qual não se identifica, não é apropriado e conseqüentemente transformado.

O que se verifica é que, em muitas situações, os jovens pobres têm reduzida possibilidade de apropriação econômica, não podendo, com isso, intervir de maneira decisiva na estruturação do espaço urbano. Mais do que isso, suas possibilidades de apropriação sociocultural e psicossocial também são limitadas.

É nesse sentido que ao se falar em distinção espacial também se está falando da não possibilidade de apropriação dos espaços e da não possibilidade desses jovens criarem e transformarem espaços e, conseqüentemente, ampliarem seu território usado. O circular se configura como o ponto de partida para o conhecimento e ocupação da cidade. Em crônica datada de 1905, João do Rio já sinalizava para a importância do circular, ao lembrar que para usufruir as qualidades da rua,

e da própria cidade,

não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar (RIO, 2005, p.50).

Para Castro (2004), o circular se configura como o ponto de partida para o conhecimento e ocupação da cidade. Através do “perambular” pelas ruas esses jovens podem tornar seu um espaço até então desconhecido. Contudo, em sua posição isolada, esses jovens perdem a dimensão do circular livremente pelas ruas da cidade. Dessa forma, “às oportunidades de mobilidade contrapõem-se a guetificação, quando o sujeito se encerra em espaços que restringem suas oportunidades de ver, conhecer e ocupar a cidade” (CASTRO, 2004, p.72). Muitos deles permanecem circunscritos ao seu local de moradia, expressando, dessa forma, um território usado significativamente reduzido.

Aos jovens pobres essa apropriação é limitada e restrita. Indagado se os jovens pobres circulavam livremente pela cidade, W. respondeu que não, que “depende do lugar a que ele vai”. “Eu acho que o jovem vai aonde ele se sente bem; quem gosta de funk vai para o funk. Porém, eu já vi um amigo meu sendo expulso de um lugar porque ele estava usando chinelo – ele ficou com muita vergonha”.

Suas possibilidades de circulação são restringidas por impedimentos objetivos como o alto custo da passagem, a existência de territórios vigiados e protegidos por muros, a sensação de serem vigiados e hostilizados ou mesmo o constrangimento policial, como relataram algumas das falas dos jovens.

Nesse caso, evidencia-se como a circulação, como capital simbólico, se distribui desigualmente na população. Distribuição que contribui para ampliar as condições de pobreza, desemprego e inacessibilidade à educação (CASTRO, 2004).

Ainda durante o campo perguntou-se aos jovens se todos os moradores da cidade teriam direito a ela. Para um dos jovens, “na teoria, sim, mas na realidade não, pois a pessoa precisa ter dinheiro para ter direito a tudo na cidade e tem certos lugares na cidade que são muito violentos, cheios de *gangs*” (Le., em entrevista à autora, 2008). O jovem sinaliza dois fatores que impediriam o pleno direito à cidade. Um resultante das diferenciações de renda – somente aqueles que “possuem dinheiro” têm direito a todas as possibilidades que a cidade oferece, já que “o rico pode ir onde quiser, e o pobre não, porque não tem dinheiro” (D., em depoimento à autora, 2008). O outro, seria a restrição imposta pela violência. Ambas dificultam a livre circulação e permanência na rua.

O medo de circular pela cidade indica o temor da rua e o medo de perde-se. A rua representa o desconhecido que ora parece convidar à aventura e à descoberta e ora parece aterrorizar. Novamente recorrendo a João do Rio ao referir-se a rua:

Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e difamação – idéias gerais – até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares. Instintivamente, quando a criança começa a engatinhar, só tem um desejo: ir para a rua! Ainda não se fala e já a assustam: se você for para a rua encontra o bicho! (RIO, 2005, p.72).

Talvez seja nesse sentido que os jovens ora afirmem gostar de estar na rua entre amigos, ora a rua aparece como local de perigos e vícios. A primeira imagem é clara quando perguntada se gostava de estar na rua, Ac. responde: “Fazer o quê dentro de casa? Melhor ficar na rua”. E o que tem na rua que atrai? “Tem internet, tem menino, tem amizade, e em casa não tem” (Dy., em entrevista à autora, 2008).

A segunda imagem também está bem explicitada quando V. afirma que “quando você está dentro de casa você dá menos motivo para as pessoas falarem mal de você”. Estar na rua, portanto, é

correr o risco de desvirtuar-se. Essa imagem associa-se à valorização do sentido do trabalho e, em contraposição, a identificação de qualquer forma de ócio como sinônimo de vícios e potencialidades criminosas. Nesse caso, o jovem e, em especial, o jovem pobre seria aquele sujeito de maior risco.

Essa imagem da rua parece estar em consonância com a afirmativa de Lefebvre, quando o autor diz que a rua, na sociedade urbana capitalista, “não permite a constituição de um grupo, de um ‘sujeito’, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua” (LEFEBVRE, 1976, p.30). Assim, o tempo torna-se o da mercadoria. Ela torna-se a passagem obrigatória entre o trabalho e a casa. A apropriação, aquela que significa a afirmação do uso e do valor de uso é “combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento” (LEFEBVRE, 1976, p.31).

Vê-se que as falas simbolizam esse duplo caráter que a rua parece ter: lugar de encantos e de perigos. Assim, se de um lado a rua é a possibilidade do novo, do inusitado, campo de surpresas e experiências, atrativo para esses jovens numa dimensão do uso, de outro, ela deve ser encarada apenas como local de passagem, evitando a troca de experiências e vivências, as relações e as aglomerações. Para isso, associa-se a ela a imagem do perigo. A rua como espaço público, no entanto, não deve ser de todos. Não é à toa que as políticas destinadas aos jovens constantemente anunciam-se como voltadas a tirarem os jovens da rua.

Entende-se, contudo, que a rua pode e deve ser mais do que isso. Ela é o lugar do uso e não da troca. O lugar da vida e não da mercadoria, já que a rua é mais do que apenas um “alinhado de fachadas, por onde se anda nas povoações. Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!” (RIO, 2005, p. 47). É na rua que os jovens podem perceber as diferenças, que podem relacionar-se com os demais. A rua é o espaço público por excelência. O lugar das trocas de vivências e experiências. Por elas os sujeitos passam, mas também observam e vivem a cidade em todas as suas dimensões – simbólicas e objetivas.

Castro (2004, p.84), contudo, mostra que “para os jovens pobres essa errância está permeada de uma vigilância constante realizada pela repressão e pelo constrangimento do aparato policial, tornando-se parte do cenário de humilhação e fortalecimento de estereótipos”. Ainda que esses jovens possam se sentir seduzidos pelas possibilidades que a cidade oferece, “têm seus espaços de circulação francamente limitados e reduzidos, como, por exemplo, o acesso a determinadas áreas nobres da cidade, a shopping, etc, a não ser que paguem o preço de se verem constrangidos e, muitas vezes, humilhados” (CASTRO, 2004, p.84).

Nessa situação, alguns jovens são identificados como “perigosos” a partir de sua cor, da sua posição de classe e da ocupação e uso que fazem do espaço da cidade. E., em depoimento à autora (2008), afirma: “O rico vai me olhar atravessado pelo fato de eu ser negra e pela forma como estou vestida”.

A reunião desses jovens pobres pelas ruas e seu movimento pela cidade, seja na busca de lazer ou mesmo na procura de emprego, é visto como potencialmente perigosa. A ocupação da cidade pelos jovens só é tolerada dentro dos limites da ordem imposta pelos adultos, o que significa de forma disciplinada, preferencialmente sozinhos e restrita a determinados bairros. Esses jovens têm sua circulação controlada e tolhida. O que se agrava quando a lógica da distinção territorial impõe a jovens pobres o não direito de estarem em muitas partes da cidade.

Jp. (em entrevista à autora, 2008), relatando sua experiência, diz que “tem lugar que só entra pessoa rica e uma pessoa pobre é excluída daquilo. Mas quando um rico vai a um lugar que é dos mais pobres ele é recebido como uma pessoa qualquer e se sente bem com aquilo”.

Ao subordinar o espaço, transformando-o em mercadoria, o mercado impõe cada vez mais limites às condições e possibilidades de seu uso. O flunar, o lazer, os corpos e os passos dos jovens pobres estão cada vez mais restritos aos seus bairros ou a locais vigiados, normatizados e privados. Os jovens pobres não vivem a cidade da mesma forma que os demais jovens. Ao

contrário, parece que a esses jovens não está reservado viver a cidade como espaço público em seu sentido mais amplo. Suas ações são limitadas pelas desigualdades e pelas restrições que são impostas. Seu direito à cidade é ínfimo ou inexistente. A cidade, portanto, para eles, não se realiza como obra na medida em que seu território usado é pequeno e atravessado por restrições concretas e simbólicas. O espaço não se realiza como totalidade.

A cidade como espaço da política

Para Milton Santos, o mesmo espaço que une separa os homens. Isso porque esse espaço, sendo ele mesmo mercadoria, é manipulado para aprofundar as desigualdades de classe. Essa máxima, ainda de acordo com o autor, serve para a totalidade do espaço e em especial para as cidades. O avançar das forças produtivas e a extensão da divisão territorial do trabalho teria transformado a cidade em meio e instrumento de trabalho (SANTOS, 2004). É dessa forma que o espaço aparece como fragmentado, pois “como a práxis de cada um é fragmentária, o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos de realidade e não permite reconstituir o funcionamento unitário do espaço” (SANTOS, 2004, p.34).

Mas se o processo produtivo separa os homens, urge uni-los novamente. É aí que está a centralidade da cidade e de seu uso e apropriação como mecanismo para a realização do pleno sentido da política, unindo os homens através da ação.

Uma das principais autoras a procurar recuperar a positividade viva da política, fugindo da concepção errônea de que a política só se dá nas esferas representativas (partidos, sindicatos, etc.) é Hannah Arendt. Para a autora, a política também ocorre na vida cotidiana, nas relações sociais. A política está viva e se manifesta nas mais diferentes esferas da sociedade e, portanto, nas esferas pública e privada. A esfera pública, referida ao coletivo da vida social, já a privada, à singularidade. O espaço público é o lugar por excelência da ação política. O homem é um ser social que inexiste fora do coletivo. O que permite a coesão desses homens é a troca, a comunicação, a política.

Mas o que faz um homem ser político? Para Arendt, é a sua capacidade de agir, de procurar seus pares (identidade), criando a coesão social e construindo o poder. Este, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum da ação, sendo, portanto, a capacidade de agir em conjunto, se realizando através da comunicação posta pela linguagem.

A política representa, portanto, o meio pelo qual os membros de uma comunidade internalizam seus compromissos para com os demais, se constituindo como cidadãos, “pois no centro da política jaz a preocupação com o mundo, não com o homem – com um mundo” (ARENDRT, 2008, p.158). O que significa afirmar que não cabe na política pensar privilégios, mas direitos, nem individualismos, mas sociedade.

Mas se é certo que a política é a condição humana, ela somente é possível pela existência da pluralidade, na medida em que ela reserva um duplo aspecto de igualdade e diferença. A igualdade permite que os homens se entendam entre si e façam planos para o futuro. No entanto, é a diferença que, ainda segundo a autora, possibilita o discurso e a ação, tendo a ação, por seu turno, a capacidade de criar permanências. Se não fossem diferentes, os homens não necessitariam do discurso ou da ação para se fazerem compreender. É dessa forma que, para Arendt, a diferença é vista como positiva, na medida em que “a política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes. Os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferenças” (ARENDRT, 2008, p.145).

Para esses jovens, contudo, a diferença é tratada como negatividade e não como positividade. Ser diferente significa ser invisível. Assim, se o espaço banal é, para Milton Santos, o espaço de todos, um espaço repleto de possibilidades, cabe perguntar quem de fato é esse todo? Diferentes, desiguais e distintos. A ação não se dá entre iguais e o espaço não se dá para todos de maneira igual. Nem todos podem colher as latências que estão no espaço. Certamente, os jovens pobres têm um lugar muito pequeno reservado nesse espaço e, por conseguinte, uma menor possibilidade

da política, já que a política, no sentido proposto por Hannah Arendt, pressupõe a liberdade. Ou, em suas palavras, a questão chave é que:

Só se pode ver e experimentar o mundo tal como ele “realmente” é, entendendo-o como algo que é compartilhado por muitas pessoas, que está entre elas, que as separa e as une, revelando-se de modo diverso a cada uma, enfim, que só é compreensível na medida em que muitas pessoas possam falar sobre ele e trocar opiniões e perspectivas em mútua contraposição. Somente a liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala (ARENDR, 2008, p.158).

Onde inexistesse esse tipo de liberdade não haveria um espaço político de fato. Mas se são a coexistência – quando os homens se relacionam, supondo, dessa maneira, a possibilidade da troca – e a liberdade da comunicação os elementos essenciais para a política, então o espaço público torna-se central na medida em que é nele que esses dois elementos se realizam.

Se o espaço público é o espaço da política, a apropriação da cidade é elemento essencial para a possibilidade de realizar a ação política. Mas se a ação se dá sempre entre homens, esses homens, como visto, não são iguais e, portanto, estabelecem relações distintas e desiguais entre si e com/no espaço. Daí a importância dos sujeitos jovens se apropriarem da cidade como condição da política e, portanto, da ação.

Para Arendt, o mundo se constitui como o espaço onde o homem condiciona sua própria existência, já que nele estão os objetos que possibilitam sua vida. Essa condição, por sua vez, se dá através da ação. A ação é atividade que se dá entre os homens e sua condição humana é a pluralidade. Logo, a ação é, por definição, política.

A ação em Arendt está associada à condição do nascimento, já que ela se funda na convivência entre os homens que, no entanto, é um ser único. Esse homem que vem ao mundo traz em si o desconhecido e, por essa razão, a ação dá início a um processo imprevisível cujos resultados são irreversíveis.

Em Arendt, a compreensão antecipa a ação. O conhecimento é o que está fora do indivíduo e a imaginação o que está dentro dele. A imaginação está entre a realidade e o sujeito (o que este pode imaginar para desenvolver a ação). Somente a imaginação permite ver as coisas em suas perspectivas próprias; só ela coloca a certa distância o que está próximo demais para que possamos ver e compreender sem tendências ou preconceitos. Já a ação seria necessariamente a construção de algo novo e imprevisível. Um novo não condicionado por nenhum *a priori* ou motivos utilitários. Por essa razão, a ação é a própria essência da liberdade humana e, sendo assim, o próprio sentido da política.

Mas a ação nunca pode ocorrer na solidão de um homem, já que “estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (ARENDR, 2003, p.187). A ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens com os quais estão em constante contato. Por essa razão, Arendt afirma que o ator da ação nunca é simples agente, pois é, ao mesmo tempo, paciente, pelo fato de se movimentar sempre entre e em relação a outros seres atuantes.

Assim é que a ação atua sobre seres que também têm a capacidade de agir. A ação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros. Por esse motivo, a ação não pode se restringir a um grupo fechado e nem a um número reduzido de pessoas. A ação é uma das formas pelas quais “os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDR, 2003, p.189). A ação sempre estabelece relações e, portanto, tende a violar os limites e fronteiras, já que “o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitação, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo um conjunto” (ARENDR, 2003, p.189).

Mas se a ação se realiza entre homens, ela se realiza também entre homens desiguais. Mesmo entendendo que a autora propõe uma abstração ou mesmo um sentido puro da política, é preciso considerar que a forma desigual pela qual os homens se relacionam produzirão ações desiguais

entre eles. Ou como disse Milton Santos, alguns serão alienados da ação tanto no que se refere ao seu próprio sentido quanto na possibilidade de intervir, alterar ou modificá-la.

Contudo, é a ação o elemento que reúne atividade e projeto, presente e futuro. Daí ser ela o elemento que traz a possibilidade da mudança. Ribeiro (2003), referindo-se ao pensamento de Milton Santos, afirma que a ação manifesta tanto as condições historicamente herdadas quanto o projeto de sua transformação.

É na cidade que vivem esses jovens, e é a partir dela que eles criam suas estratégias, projetam seu futuro, vivenciam as desigualdades, experimentam o diverso, convivem com as diferenças, percebem as contradições e vislumbram e realizam suas ações. A cidade é o mundo.

É por essa razão que se entende que o direito à cidade deve ser uma das expressões da cidadania dos sujeitos e, no caso específico deste trabalho, dos jovens. Já que ele significa o direito de estar em todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de intercâmbio. Por essa razão, restringir o uso da cidade é como distanciar os jovens da própria política, da civilização e da sociedade (LEFEBVRE, 1976). Conseqüentemente, “o direito à cidade legitima a rejeição a deixar-se apartar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregativa. (...) Estipula igualmente o direito de poder se encontrar e reunir” (LEFEBVRE, 1976, p.190).

É a cidade a primeira experiência de vida pública mais consistente que esses jovens experimentam e vivenciam. Ou, nas palavras de Santos (1996), “para o homem comum, o Mundo, o mundo concreto, imediato, é a cidade” (SANTOS, 1996, p.82). É nela onde o mundo e os homens se movem mais. Talvez por isso alguns dos jovens tenham associado à cidade a imagem da velocidade. É nela que a co-presença permite ensinar a diferença.

Uma das jovens afirmou ser a cidade “o local onde exercemos nossa cidadania nos relacionando com as pessoas”, enquanto outro dizia ser a cidade “o lugar onde vivemos e convivemos com várias pessoas”. São por esses motivos que a cidade “é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais vasta e densa a co-presença e também maiores os laços e aprendizados” (SANTOS, 1996, p.83).

Viver a cidade estando de fato nela, construindo e ampliando seus territórios usados, desnaturalizando as forças que promovem a distinção territorial desses jovens, ampliando a co-existência e, conseqüentemente, a política, identificando os vínculos entre as representações sobre os jovens pobres, sobre o espaço e sobre as práticas que promovem os arranjos espaciais da cidade são condições *sine qua non* para a ação.

Mas se os jovens pobres vivem a cidade de forma restrita e desigual, suas chances de realizar ou influenciar a ação, o público e a própria política são ínfimas. Inversamente, a possibilidade de ampliar seus territórios usados, através do maior e mais amplo acesso à cidade, pela via de sua efetiva apropriação, possibilita caminhar em direção a uma cidadania plena. O que, por sua vez, significa tornar esses sujeitos – os jovens e, em especial, os jovens pobres – visíveis e corporificados de direitos.

Nesse sentido, Arendt (1973) afirma ser a cidadania a “consciência que o indivíduo tem do direito a ter direitos”. Apenas o indivíduo consciente pode, dessa maneira, ser cidadão. Cidadãos entendidos como sujeitos que sejam corporificados de direitos. Apenas os sujeitos que definem e realizam a ação (que apenas pode se dar conscientemente) podem exercer de fato essa cidadania.

Mas se, de um lado, cidadania pressupõe direitos, ela também significa deveres, entendidos como responsabilidades e não apenas como obrigação. Diante do sinal vermelho, parar, apenas por ser essa sua obrigação legal, ou parar por saber que se é responsável pela sua ação e pelos impactos dela aos demais? O sentido de dever, desse modo, opera numa dimensão mais ampla, tratando de “situações em que o sujeito comete (ou omite) certas ações públicas mesmo quando não existem obrigações e de onde poderia recuar à inação” (JELIN, 1996, p.20).

Apenas dessa forma é possível pensar na existência de cidadãos. Sujeitos comprometidos com o

bem comum, participantes ativos do processo público e dotados de “aspectos simbólicos e éticos ancorados em inclinações subjetivas que conferem um sentido de identidade e de pertencer a uma coletividade” (JELIN, 1996, p.18).

Numa sociedade em que cidadão é sinônimo de consumidor, usuário ou cliente dos bens e serviços em geral, cujo único poder é o do direito do voto e detentor de um conjunto de deveres para com o Estado, que por sua vez constitui-se como demiurgo, visto como superior e acima do cidadão, a plena cidadania não se realiza. A cidadania existe apenas numa sociedade que vá além da mera soma dos interesses individuais, mas que seja de fato um corpo político composto por cidadãos. Daí somente se concretizar na esfera pública, portanto, entre homens. Assim, a

cidadania pode ser definida como arte de viver com outros – diferentes de nós mesmos - mas que compartilham os mesmos direitos à vida e à felicidade. Compartilhar é atribuir significado às nossas idéias e práticas, assim como ter uma existência fundada em relações múltiplas - materiais e simbólicas - que nos vinculam e o nosso ser e estar no mundo. Compartilhar é habitar uma mesma morada, um mesmo espaço comum (BARBOSA, 2008, p. 5).

É por essa razão que é possível pensar a dimensão espacial como um dos aspectos constituintes da cidadania, na medida em que se entende ser o espaço condição e condicionante da sociedade, portanto, a própria totalidade. Sendo ele, dessa maneira, aquilo que possibilita a produção e reprodução material e simbólica da sociedade.

Daí a ênfase dada à cidade, aqui compreendida como o espaço de exercício real e simbólico da cidadania. Não apenas como palco, mas como elemento constituinte desse sentido amplo que pretende se dar à cidadania. Assim, o cidadão é aquele, como dito acima, capaz de usufruir da cidade numa perspectiva de apropriação e não como seu usuário e consumidor. Essa é uma das faces espaciais da cidadania.

É a essa dimensão que se refere ao afirmar a cidade como aspecto essencial da política e a necessidade de se pensar o jovem como cidadão. O que significa reafirmar a importância deles estarem e viverem a cidade, de torná-la seu território usado, inserindo-se de uma vez por todas naquele espaço banal tratado por Santos (1996), incorporando a cidade como um elemento construtor e capaz de medir sua cidadania.

Essa idéia manifesta-se na fala da jovem entrevistada, quando afirma ser a cidade “um lugar formado por um grupo de pessoas, ou seja, cidadãos. Onde encontramos muitos pontos interessantes em que nos conhecemos. É um lugar onde existem direitos e deveres”. A jovem associa de forma direta cidadania e cidade.

Mas se esse jovem é vítima de processos segregadores e geradores de distinções no acesso ao espaço público, fere-se uma das múltiplas dimensões de seu “direito a ter direitos”. Talvez uma das mais importantes: o direito de ter um lugar no mundo, pois, novamente recorrendo a Hannah Arendt:

A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se sobretudo na privação de um lugar no mundo (um espaço político) que torna significativas as opiniões e efetivas as ações. (...) O homem, segundo parece, pode perder todos os assim chamados Direitos do Homem sem perder contudo sua qualidade humana essencial, sua dignidade humana. Somente a perda da comunidade política expulsa-o da humanidade (ARENDDT, 1973, p.68).

Quando se reserva a esses jovens a invisibilidade, transformando-os em sujeitos sem presente e sem lugar, quando lhes é negado o direito à cidade, em verdade, retira-se deles a possibilidade da fala, da troca, da ação e da própria política e, conseqüentemente, de sua cidadania e de sua própria dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade, compreendida como criação da civilização, nascida da história, envolve uma

multiplicidade de formas de apropriação e uso e só teria sentido e existência a partir do e pelo sujeito. Por essa razão, “o sentido da cidade é conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida (e o que isso implica)” (CARLOS, 2001, p.41).

É sob essa ótica que o espaço pode comportar não apenas atividades objetivas e monótonas como também, vida, emoção e política. Se transformando mais do que apenas recurso e tornando-se abrigo e um espaço para e da cidadania. Nesse aspecto, a dimensão espacial ganha expressão não apenas pelas relações sociais que nele se estabelecem no cotidiano. O espaço abre a possibilidade de se atingir outras dimensões da cidade e da cidadania, pois, a partir dele,

vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista, tendo em vista que as próprias condições de vida do lugar remetem diretamente a relações entre populações e lugares, entre um pedaço e outro da cidade, entre o lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida (KOGA, 2003, p.55).

A presença dos jovens na e pela cidade, produzindo e se apropriando desse espaço promove novas horizontalidades. Essas, por sua vez, podem levar à ação na medida em que “os mesmos interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política” (SANTOS, 1996, p.228). O espaço usado e apropriado, vivido e de experiências, torna-se a base para pensar opções e alternativas. Esse espaço, contudo, deve ser o espaço público. Lugar único das trocas e inter-relações onde a política se realiza e onde é possível projetar novas utopias.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003.
- _____. A promessa da política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- _____. Crises da república. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BARBOSA, Jorge Luiz. Democracia, Políticas Políticas e Efetivação de Direitos da Cidadania. Disponível em: [www//http: riodemocracia.org.br](http://www.riodemocracia.org.br). Acesso em 29/11/2008.
- CARVALHO, Ináia Maria Moreira de. “Metrópoles e condições sociais”. In: Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001
- CASTRO, Lucia Rabello. A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Espaço: um conceito chave na Geografia”. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da Costa & CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.
- JELIN, Elizabeth. “Cidadania e alteridade: o reconhecimento da pluralidade.” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24. 1996, pp. 15-25.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- _____. *La Production de l’espace*. Paris: 2ème édition, 1981.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Movimentos, sujeitos sociais e política (elementos para a prática pedagógica).” *Cadernos IPPUR*, ano 6, n. 1. Rio de Janeiro: 1992, pp. 89-103.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, HUCITEC, 1996b.

_____. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Edusp, 2004.